

Coronel Nívio Herdade

27/3/76

- Declarações à C. A. E. 6
P. de Descolonização de Timor
dirigida pelo Brig. Honor. Risco

roz e carne à população que veio do interior sendo algumas camionetas de arroz oferecidas pelos comerciantes, e búfalos também oferecidos por diversas entidades por iniciativa própria, embora não saiba em pormenor como as coisas se passaram. Viu num Jornal em Lisboa uma referência segundo a qual aquela manifestação ao Ministro teria sido organizada "à antiga maneira fascista". Acrescentou que é preciso não se saber nada da população de Timor, nem o que se está a dizer, ou então ter-se uma intenção pouco honesta sobre o problema por que de facto não foi assim, e fez-se o que se devia fazer.

Em relação às populações, os nossos militares políticos sabiam muito pouco, mas que havia em Timor muita gente capaz que conhecia bem as populações e que era da sua opinião. Referiu entre estes o Intendente Santa, que conhecia extraordinariamente bem o povo timorense, era funcionário que gozava de alto prestígio entre a população e cujo conselho pedia, sempre que tinha de tratar assuntos relativos aos timorenses, ao contrário do que faziam os "aprendizes de feiticeiro" que, ao fim de poucos meses de estarem na Província, já sabiam tudo sobre as populações. - De duas uma, ou eram inconscientes, ou mal intencionados, e os resultados viram-se -.

Na sua visita, o Ministro Almeida Santos esteve em Timor 2 dias. Durante este tempo, viu aquilo que disse quando regressou a Lisboa. Disse que solicitou à atenção do Ministro para dois pontos: primeiro, disse-lhe que iria ter muita dificuldade em transmitir em Lisboa o que ali se passou, em segundo lugar pediu-lhe a atenção para a expressão daquela gente, dizendo que podiam forçá-los a estar ali em mas-

sa, podiam forçá-los a dar vivas, mas não podiam forçar as expressões das caras deles, e essas não deixavam dúvidas ...

Entretanto, como a viagem ao interior demorava cerca de 2 ou 3 horas para cada lado, foi a única possibilidade que teve de falar com tempo com o Ministro e pôr-lhe os problemas de Timor, que eram muitos, e possui ainda cópia do sumário dos assuntos que tratou e lhe entregou. Antes de o Ministro sair de Timor, proporcionou-lhe um contacto com todos os funcionários, no Palácio do Governo e durante um beberete. Que o Ministro a certa altura lhe perguntou se havia alguma coisa contra o Major Leandro, ao que respondeu que tinha ouvido dizer qualquer coisa, mas que não lhe interessava a vida particular dos outros, e que estava presente o delegado do Procurador da República que tinha o processo, e lhe poderia dizer alguma coisa. O Procurador da República foi chamado pelo Ministro a quem disse que havia algo gravíssimo contra o Major Leandro, ao que o Ministro retorquiu "Então não posso nomeá-lo Governador de Timor," nomeou-o Governador de Macau... Crê que há em Lisboa 2 pessoas cujos nomes, por enquanto, não deseja revelar, que terão uma, a cópia parcial do processo, outra, a cópia integral ...

Que ao tempo em que era Governador, o Cor. Aldeia, o Consul português em Djakarta, Dr. Girão, tinha-o contactado para ir a Dili, a fim de se inteirar dos problemas de Timor e assim poder em Djakarta, colaborar com as autoridades portuguesas de Timor. O Coronel Aldeia quando partiu deixou ao declarante umas três folhas dactilografadas com os assuntos mais importantes a serem tratados. Entre estes constava a visita do nosso Consul em Djakarta, Dr. Girão que mais tarde se reali-

zou: Quando o Dr. Girão chegou a Dili, disse-lhe o declarante que poderia ali estar o tempo que entendesse conveniente, ver e falar com quem quizesse, mas que lhe impunha que contactasse todós os chefes de serviço civis e militares, com o representante da Associação Comercial, com os representantes diplomáticos acreditados em Dili, (Indonésia e China), com o Chefe do Estado Maior de Timor e, por fim, que viesse falar consigo e lhe dissesse se achava o seu procedimento correcto ou errado, o que ele assim fez.

Que passado algum tempo, chegou a Dili um Inspector Administrativo enviado pelo Ministério da Coordenação Inter-Territorial, o Inspector Sousa Santos, certamente para tomar conhecimento da situação, a quem recomendou o mesmo procedimento que tinha sugerido ao Dr. Girão. Estabelecidos os contactos e feitas as visitas que entendeu, o Inspector Sousa Santos compareceu no gabinete do declarante para lhe transmitir as suas impressões e dando-lhe a entender, no final, que o declarante estaria a ser apunhalado pelas costas pelo Chefe do Estado Maior de Timor, ao que o declarante respondeu que já o sabia. Mas que, apesar disso, tinha sempre feito o possível por manter toda a correcção, não deixando transparecer qualquer desacordo que pudesse ter repercussões sobre a população. O declarante manteve sempre esta conduta inalterável até ao dia da partida do Major Metelo e inclusive nesse dia, foi despedir-se dele no Aeroporto. Quando se deslocava ao interior em visitas e contactos, quer com os militares, quer com a população, convidava sempre o Chefe do Estado Maior para o acompanhar ou, quando não o desejasse ou pudesse fazer, solicitava-lhe que

nomeasse um oficial para o acompanhar.

Também, tal como na Metrópole, começou a haver problemas no jornal, (insultos, críticas destrutivas, disparates, etc) que era dirigido pelo Alferes Miliciano Cristelo e que lá tinha sido colocado para orientar o jornal pelo Major Metelo. Começou a aperceber-se que o Alferes Cristelo em vez de ser isento, se servia do jornal para fazer a apologia das suas ideias políticas. Chegou a não publicar um discurso do Presidente da República, fazendo sair em contrapartida uma carta da Casa de Timor em que uns pseudo-intelectuais incitavam os enfermeiros do Hospital a ensinar aos médicos como é que deviam dirigir o Hospital e tratar dos doentes, usando uma prosa sem qualquer nível. Chamou a atenção do Chefe do Estado Maior para o caso e disse-lhe para avisar o Alferes Cristelo que não podia continuar assim e que não aceitava que se dirigissem ofensas a ninguém. A isto respondeu o Major Metelo dizendo que então havia liberdade e que, portanto, não poderia haver censura. Face a esta resposta, o declarante esclareceu que não desejava que se fizesse censura mas sim, controle de qualidade, e não havendo espaço no jornal para publicar toda a colaboração, seria apenas uma questão de se seleccionarem os melhores artigos. Mas as coisas pioraram de semana para semana, até que um dia face à escalada de disparates que o jornal inseria, determinou ao Chefe do Estado Maior que o Alferes Cristelo saísse do jornal e fosse substituído por outro oficial qualquer que não consentisse tais disparates. O novo director do jornal pareceu-lhe uma pessoa capaz de bem cumprir a missão, o que realmente aconteceu, e reco-

nhecendo-lhe a sua capacidade, determinou-lhe que o passasse a acompanhar sempre nas suas deslocações ao interior, gravando todas as declarações que o declarante fizesse, para que as pudesse reproduzir com fidelidade, dando-lhes difusão também com a mesma fidelidade. Entendia o declarante que por este processo, era possível fazer conhecer, além de Timor, todo o seu procedimento, sem que houvesse lugar para deturpações ou dúvidas quanto ao seu pensamento, em relação aos princípios enunciados pelo MFA. Embora solicitado, nunca deu entrevistas ao jornal, excepto quando soube da nomeação do novo Governador de Timor, e como tinha conhecido o Sr. Ten. Cor Lemos Pires na Guiné, e de quem ficara com uma óptima impressão, procurou nessa entrevista dar o maior relevo à personalidade do novo Governador e portanto abrir caminho para a sua aceitação.

Que o CEM nas mensagens que mandara para Lisboa "sem o seu conhecimento" dizia sempre que o Governo estava inoperante, mas o Governo estava inoperante porque não fazia os disparates que ele queria que fizesse, e que deram o resultado que mais tarde se viu, com outros que seguiram as suas pegadas. Nessa mensagem ele referia-se aos chefes de serviço, militares que tinham uma craveira fora de série, mas a quem ele chamava "inconformistas e reaccionários", assim como ao Comandante da PSP, ao chefe do Serviço de Justiça, ao chefe do Serviço da Marinha, pessoas com quem, antes do 25 de Abril, se dava muito bem, segundo se dizia, e de quem se afastou depois daquela data. Disse que tem em seu poder cópias dessas mensagens, e cujos originais supõe deverem existir no EMGFA e portanto serem juntas a este auto.